

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária:
Dia: 11/10/2018

2ª DISCUSSÃO

APRECIADO o Projeto de Lei nº 413-A/2015, de autoria da então deputada Tânia Rodrigues, que “Dispõe sobre a inclusão da pessoa em situação de rua assistida pela Secretaria Estadual de Assistência Social através da reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas”. O PL recebeu **7 emendas** e retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3eb4107284ad835d83257e440051528f?OpenDocument&Highlight=0,413%2F2015>

APROVADO o Projeto de Lei nº 4277/2018, de autoria do deputado Coronel Jairo, que “Dispõe sobre a criação de carteira de identificação funcional para o Brigadista Voluntário de Incêndio (BVI) no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. As cinco emendas apresentadas ao PL foram retiradas. O PL **aprovado vai a autógrafo**.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/b5196f84ce263e378325832a006df2ed?OpenDocument>

Sessão Plenária:
Dia: 16/10/2018

2ª DISCUSSÃO

APROVADO o Projeto de Lei nº 713/2015, de autoria do deputado Flávio Serafini, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, em um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da rede pública estadual do Rio de Janeiro”. **Vai a autógrafo**.

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/7fe6287fbad9a4bd83258328006b0b00?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO

APROVADO com emendas¹ **Projeto de Lei nº 49/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que “Torna obrigatório à exigência de tratamento secundário em estações de esgotos sanitários, antes de seu lançamento em corpos d’água e dá outras providências”. **O PL retornará em 2ª discussão.**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 564/2015**, de autoria do deputado Tio Carlos, que “Torna obrigatória a realização do “teste do quadril” em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. **O PL retorna em 2ª discussão.**

Sessão Plenária:
Dia: 17/10/2018

2ª DISCUSSÃO.

(redação do vencido - assim emendada)

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 1342-A/2015**, de autoria dos deputados Nivaldo Mulim e Tio Carlos, que “Obriga as escolas públicas e privadas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a disponibilizarem cadeiras em locais determinados aos portadores de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDAH”. **O PL recebeu cinco emendas.** Retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/b51648a5fcbdbdbb8325832a006b1ff6?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2993/2014**, de autoria da deputada Cidinha Campos, que “Altera a lei 5.849, de 28 de dezembro de 2010, que obriga as administradoras de cartões de crédito a informar o que especifica e dá outras providências”. **Vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/c07e4db26a881372832583290068af8a?OpenDocument>

¹ Com as emendas da Comissão Constituição e Justiça e da Comissão de Saneamento Ambiental.

1ª DISCUSSÃO.

APRECIADO o Projeto de lei nº 2730/2014, de autoria do deputado Luiz Paulo, que “Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, estadual e municipal e dá outras providências”. O PL recebeu 17 emendas e retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/e10a7741ba6e979a8325832a006bb85c?OpenDocument>

APRECIADO o Projeto de Lei nº 682/2015, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que “Torna obrigatória a exposição na íntegra em locais de fácil visualização pelo consumidor da lei 6.964/2015, que trata da proibição do abastecimento de veículos após o travamento automático da bomba de combustíveis”. O PL recebeu uma emenda e retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar a emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/4a0413f7636af3a683257e99004bc715?OpenDocument&Highlight=0,682%2F2015>

Sessão Plenária:
Dia: 18/10/2018

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 1339/2015, de autoria dos deputados Márcio Canella e Waguinho, que “Institui a campanha estadual antitabagismo nas escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro”. Vai a autógrafo.

Link para acessar o texto enviada a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/e27db9e7624ad47b8325832a006d359c?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 1268/2015, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que “Faculta ao empreendedor individual qualificado como Microempreendedor Individual - MEI, a inscrição estadual no cadastro de pessoa jurídica do cadastro de contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) do estado do Rio de Janeiro”. O PL voltará em 2ª discussão.

APROVADO o Projeto de Lei nº 290/2015, de autoria da então deputada Tânia Rodrigues, que “Dispõe sobre a igualdade de oportunidade de avaliação de desempenho de pessoa com deficiência de qualquer natureza, contemplando-os sem distinção nos planos de carreira, cargos e salários em empresas públicas e privadas no que tange ao desenvolvimento funcional e remuneração por mérito, no estado do Rio de Janeiro”, com as emendas da Comissão de Constituição e Justiça². O PL emendado aprovado vai à redação do vencido para segunda discussão.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

OFÍCIO / VETO TOTAL

Ofício GG/PL nº 681 de 11 de outubro de 2018

Veto total aposto PL 1220-A/12

Autor: Deputado Gilberto Palmares

Dispõe sobre a publicização do quadro de horários e frotas das linhas de transporte rodoviário intermunicipal.

² EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

O Art. 5º do Projeto de Lei nº 290/2015 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - O Poder Executivo designará o órgão competente para a fiscalização do disposto na presente Lei.”

A alteração do Art. 5º do projeto em análise se faz necessária, pois, não podemos dar atribuições à Delegacia Regional do Trabalho, que é órgão do Poder Executivo Federal nem aos demais órgãos citados no artigo porque são órgãos da administração direta estadual, portanto, de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02

O Art. 6º do Projeto de Lei nº 290/2015 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei.”

Ofício GG/PL nº 682 de 11 de outubro de 2018

Veto total aposto PL 1252/12

Autores: Deputados Enfermeira Rejane e outros

Cria o Programa Estadual de Recuperação da malha ferroviária com objetivos turísticos.

Ofício GG/PL nº 682 de 11 de outubro de 2018

Veto total ao PL 1430-A/16

Autor: Deputado Wagner Montes

Dispõe sobre o direito do consumidor obter comprovantes de pagamentos que tenham durabilidade do texto impresso de pelo menos 5 (cinco) anos.

Ofício GG/PL nº 686 de 11 de outubro de 2018

Veto total ao PL 1373-A/16

Autor: Deputado Bruno Dauaire

Trata da obrigatoriedade de instalação de equipamento para eliminar ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.

Ofício GG/PL nº 687 de 11 de outubro de 2018

Veto total ao PL 1885/16

Autor: Deputado Martha Rocha

Obriga hospitais, públicos ou particulares, a notificarem a policia civil da internação de paciente que não possua identificação.

Ofício GG/PL nº 689 de 15 de outubro de 2018

Veto total aposto ao PL 2558-A/2017

Autor: Deputado Gustavo Tutuca

Altera a Lei Estadual nº 44.119, de 1º de julho de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação do teste de glicemia capilar nos pontos socorros e unidades de saúde em crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias de idade, em todos os municípios do estado.

Ofício GG/PL nº 696 de 18 de outubro de 2018

Veto total aposto ao PL 3433/2017

Autores: Deputados Andre Ceciliano e Gilberto Palmares

Institui feriado estadual bancário a quarta-feira de cinzas, e dá outras providências.

AGORA É LEI:

Lei nº 8.122 de 03 de outubro de 2018

Oriunda do PL 4358/2018

Autores: Deputados André Ceciliano e Cristino Áureo

Altera a lei estadual nº 7495 de 05 de dezembro de 2016.

→ Sancionado com vetos parciais ao art. 1º, item IV letras a e § 5º. Os dispositivos vetados serão analisados pelo Plenário da ALERJ

Lei nº 8.129 de 11 de outubro de 2018

Oriunda do PL3028/17

Autor: Deputado Figueiredo

Altera a Lei nº 6275, de 28 de junho de 2012, que institui a política estadual de fomento ao voluntariado transformador.

→ Sancionado com veto parcial. Dispositivo vetado art. 4º que será analisado pelo Plenário da ALERJ.

Lei nº 8.134 de 18 de outubro de 2018

Oriunda do PL 856/18

Autora: Deputada Cidinha Campos

Proíbe o fornecedor de serviços e produtos de exigir do consumidor qualquer solicitação formulada manualmente e de próprio punho.

→ Sancionado com veto parcial. Dispositivo vetado Parágrafo Único do artigo 1ª.

Lei nº 8.135 de 18 de outubro de 2018

Oriunda do PL 856/18

Autor: Deputado Átila Nunes

Institui a campanha estadual de conscientização para o descarte correto de medicamentos vencidos e/ou fora de uso.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 46.454 de 11 de outubro de 2018

Altera o Decreto nº 45.352, de 28 de agosto de 2015, que fixou os índices definitivos relativos à participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS para o exercício de 2016.

Decreto nº 46.455 de 11 de outubro de 2018

Altera o Decreto nº 45.743, de 31 de agosto de 2016, que fixou os índices definitivos relativos à participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS para o exercício de 2017.

Decreto nº 46.456 de 11 de outubro de 2018

Altera o Decreto nº 45.084, de 06 de setembro de 2017, que fixou os índices definitivos relativos à participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS para o exercício de 2018.

Decreto nº 46.457 de 11 de outubro de 2018

Altera o Decreto nº 46.403, de 24 de agosto de 2018, que fixou os índices definitivos relativos à participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS para o exercício de 2019.

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.